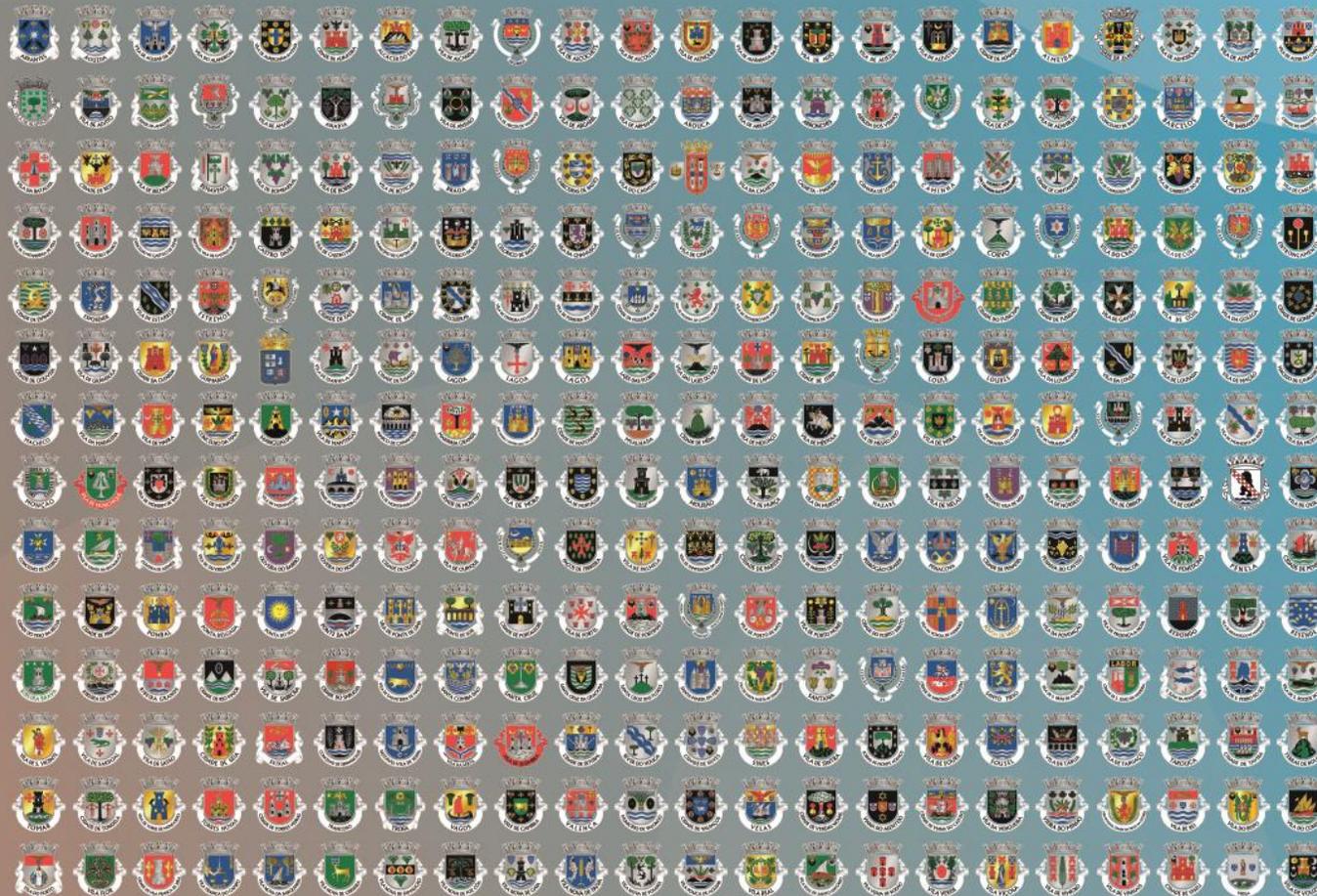


# ANUÁRIO FINANCEIRO DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES 2020





## 1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR LOCAL



## 2. ANÁLISE ORÇAMENTAL



## 3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA



## 4. SETOR EMPRESARIAL LOCAL



## 5. RANKING GLOBAL



## 6. CONCLUSÕES

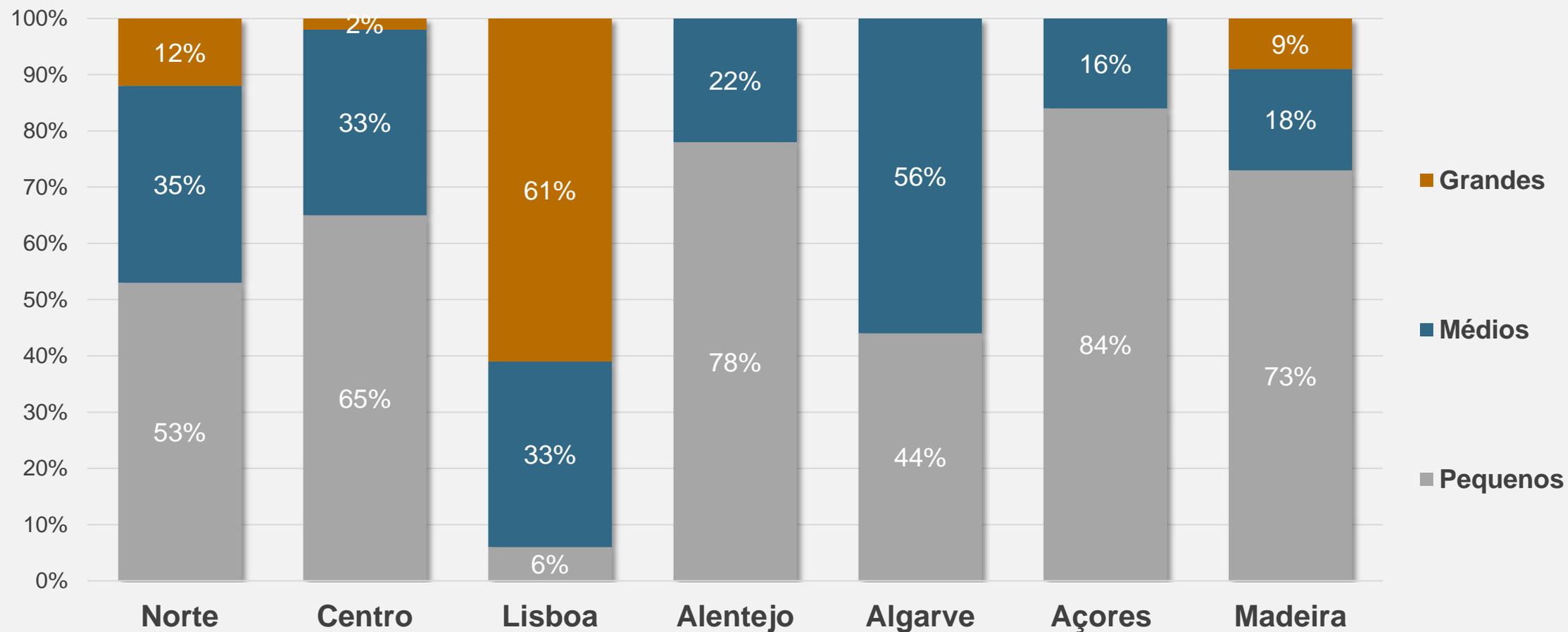


# 1. CARACTERIZAÇÃO DO SETOR LOCAL

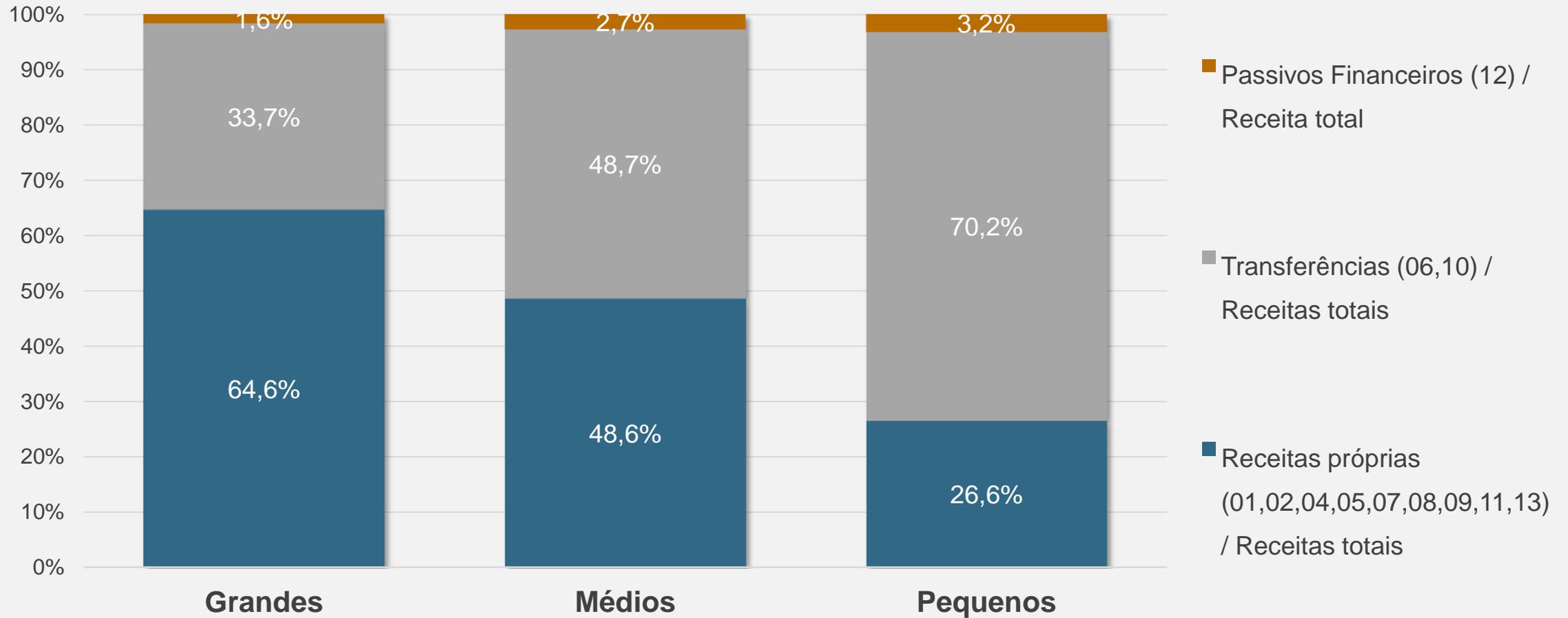
# SETOR LOCAL – Caracterização



## SETOR LOCAL – Caracterização



## SETOR LOCAL – Independência Financeira

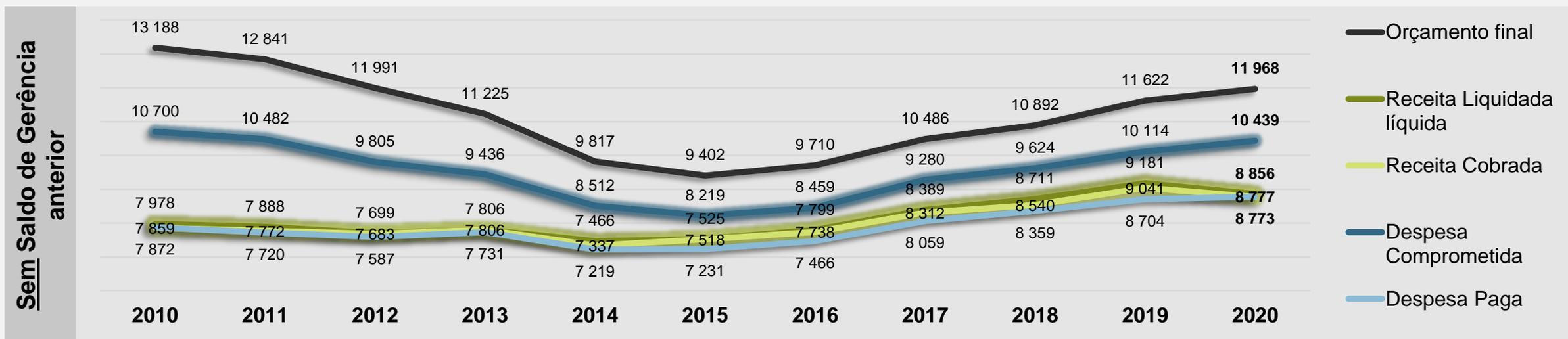
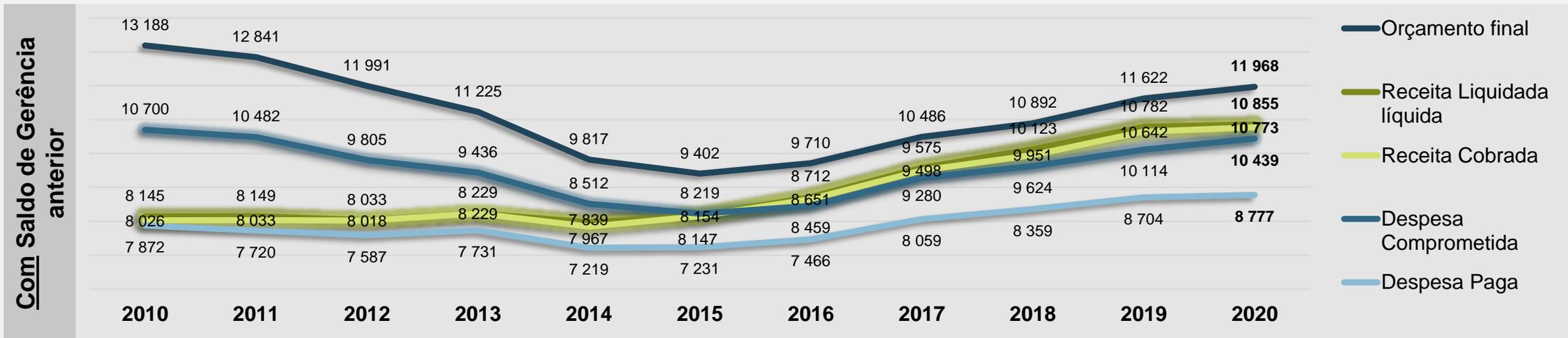




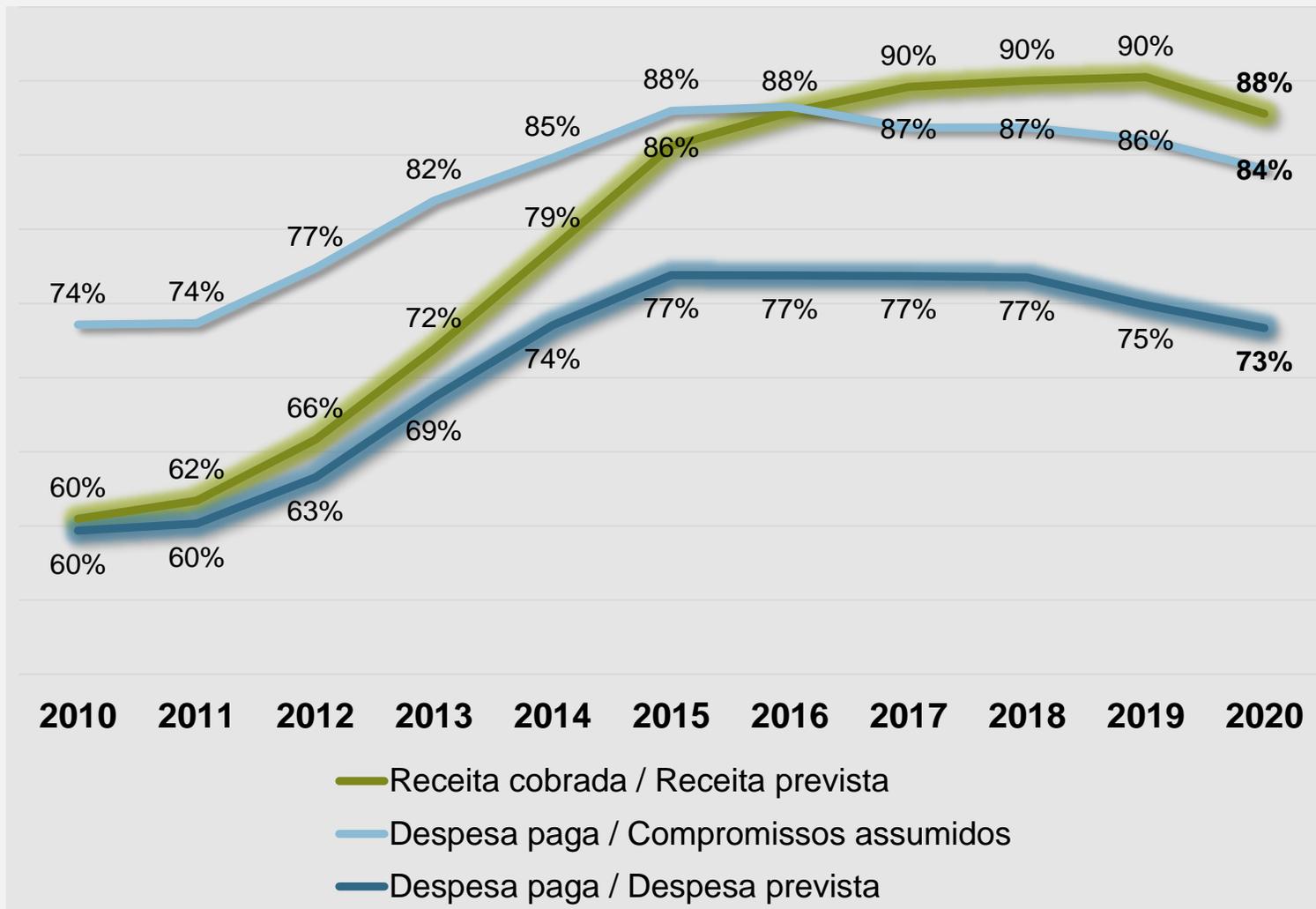
## **2. ANÁLISE ORÇAMENTAL**

# ANÁLISE ORÇAMENTAL GLOBAL - Evolução das Receitas e das Despesas

Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ORÇAMENTAL – Grau de execução

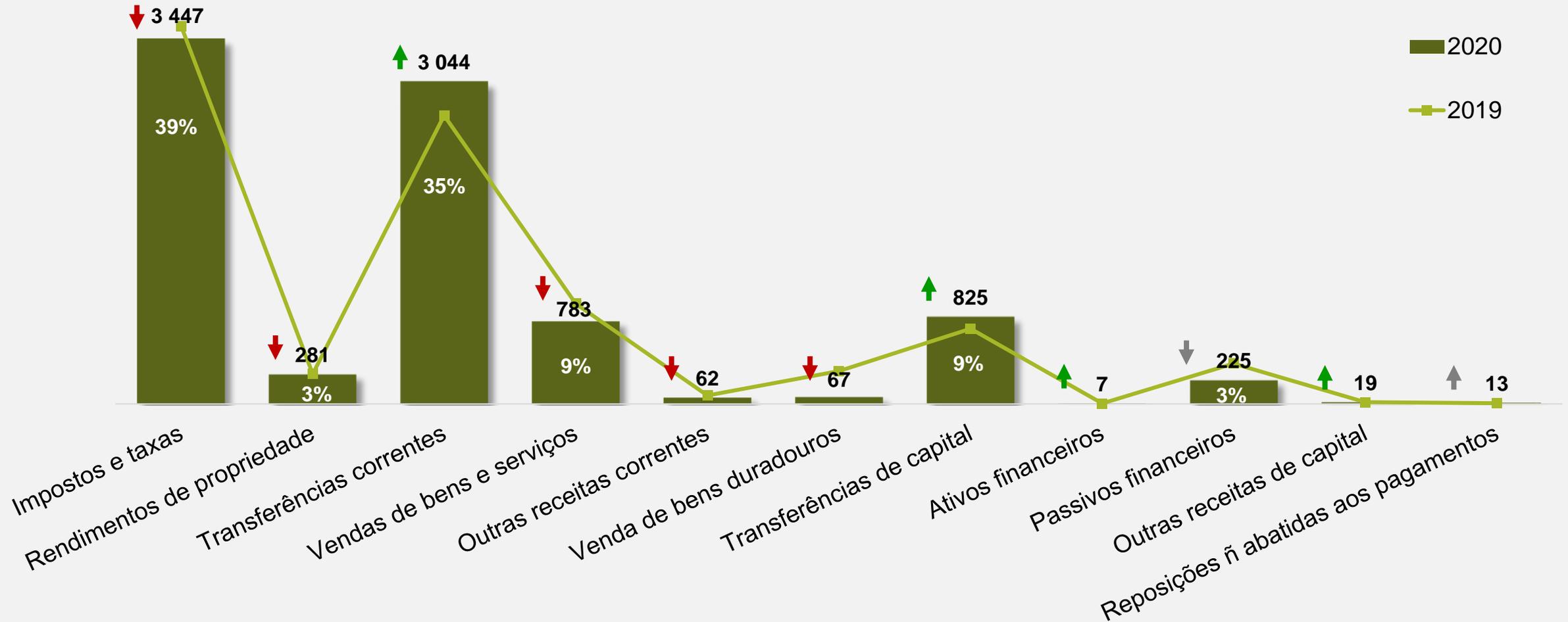


Nº de Municípios com Grau de execução:	Receita	Despesa
Inferior a 50%	0	4
superior a 50% e inferior a 60%	5	19
superior a 60% e inferior a 70%	17	73
superior a 70% e inferior a 80%	44	111
superior a 80% e inferior a 90%	143	97
superior a 90% e inferior a 100%	81	4
Superior a 100%	18	0
<b>TOTAL</b>	<b>308</b>	<b>308</b>

# ANÁLISE ORÇAMENTAL – Receitas

## Estrutura da Receita cobrada 2020

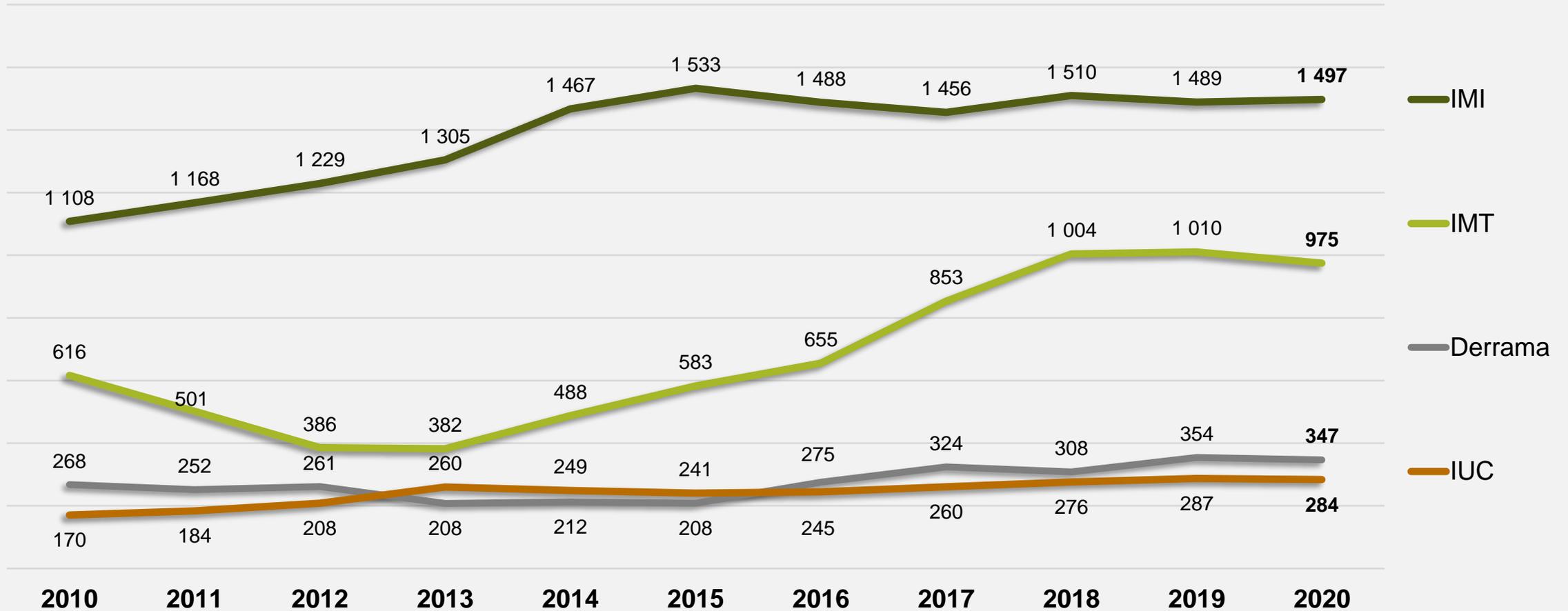
Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ORÇAMENTAL – Receitas

## Evolução dos Impostos Diretos

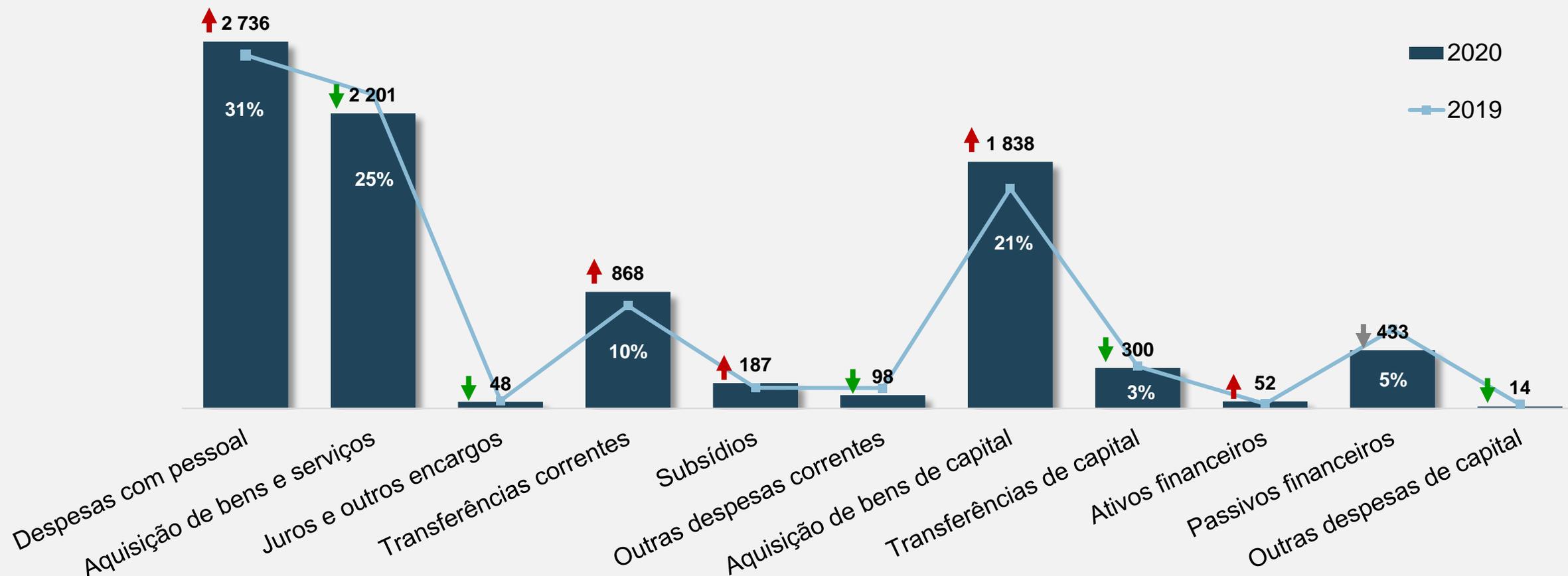
Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ORÇAMENTAL – Despesas

## Estrutura da Despesa Paga 2020

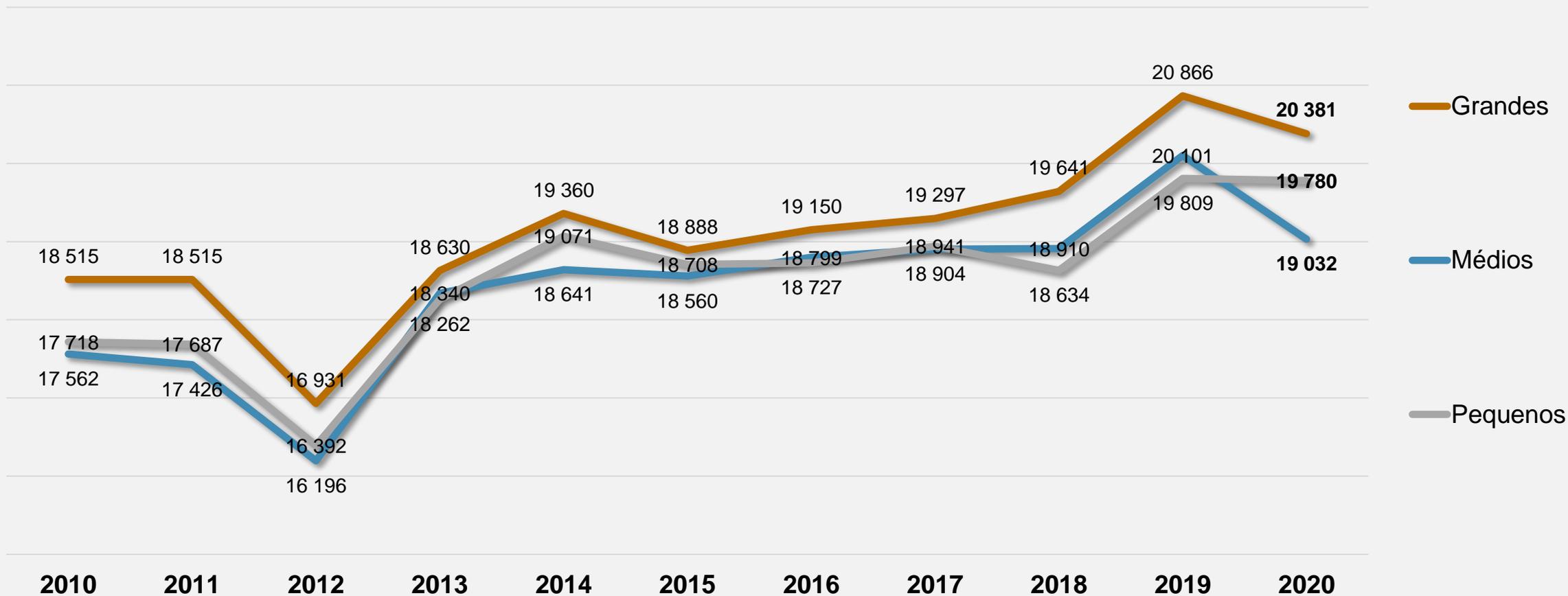
Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ORÇAMENTAL – Despesas

## Despesa com pessoal paga por trabalhador - Média

Unidade: euros



# ANÁLISE ORÇAMENTAL – Equilíbrio

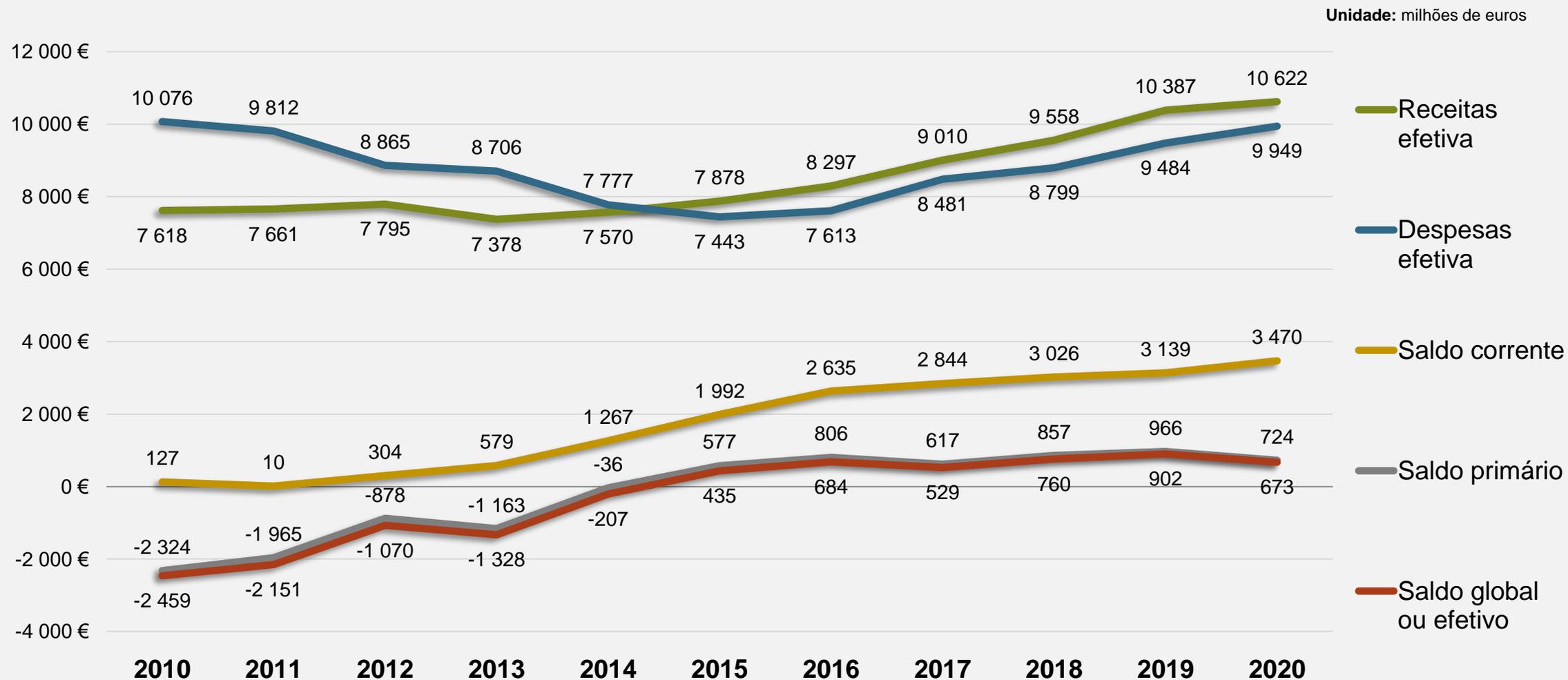
## Equilíbrio Orçamental (art. 40º e 83º, RFALEI)

Unidade: milhões de euros

	Total 2015	Total 2016	Total 2017	Total 2018	Total 2019	Total 2020	Var. 19-20
(a) <b>Receita corrente bruta cobrada</b>	<b>6 537,0</b>	<b>6 798,9</b>	<b>7 186,8</b>	<b>7 384,7</b>	<b>7 651,2</b>	<b>7 713,2</b>	<b>62,0</b>
(b) Despesa corrente paga	5 097,7	5 325,7	5 487,0	5 742,7	6 101,4	6 138,5	37,1
(c) Amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo	503,4	485,4	485,0	476,2	433,4	366,2	-67,1
<b>(d) = (b)+(c) Total da despesa acrescida das amortizações médias</b>	<b>5 601,1</b>	<b>5 811,2</b>	<b>5 972,1</b>	<b>6 219,0</b>	<b>6 534,8</b>	<b>6 504,7</b>	<b>-30,1</b>
<b>(e) = (a)-(d) Saldo corrente deduzido das amortizações</b>	<b>936,0</b>	<b>987,7</b>	<b>1 214,7</b>	<b>1 165,7</b>	<b>1 116,4</b>	<b>1 208,5</b>	<b>92,0</b>
N.º de municípios em desequilíbrio orçamental	31	30	28	28	47	24	-23



# ANÁLISE ORÇAMENTAL – Saldo Global (compromissos)



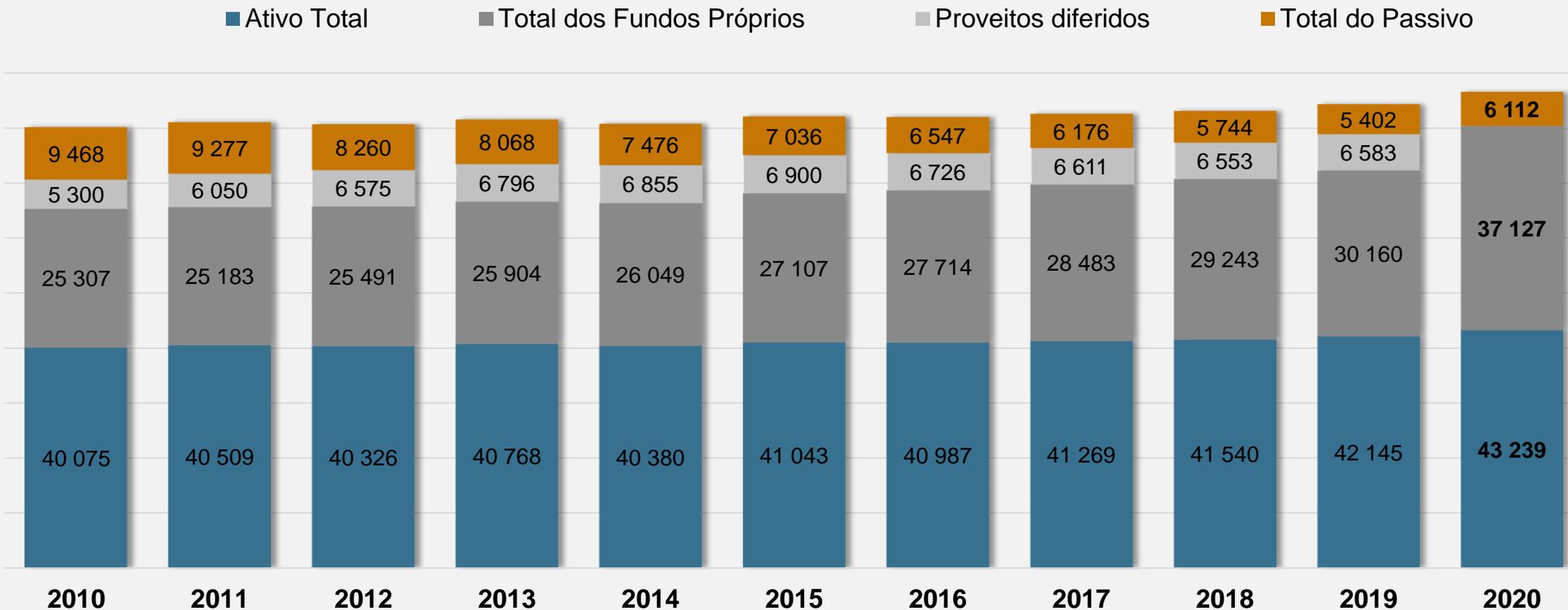


# 3. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA GLOBAL

## Evolução do Ativo, Fundos Próprios e Passivo

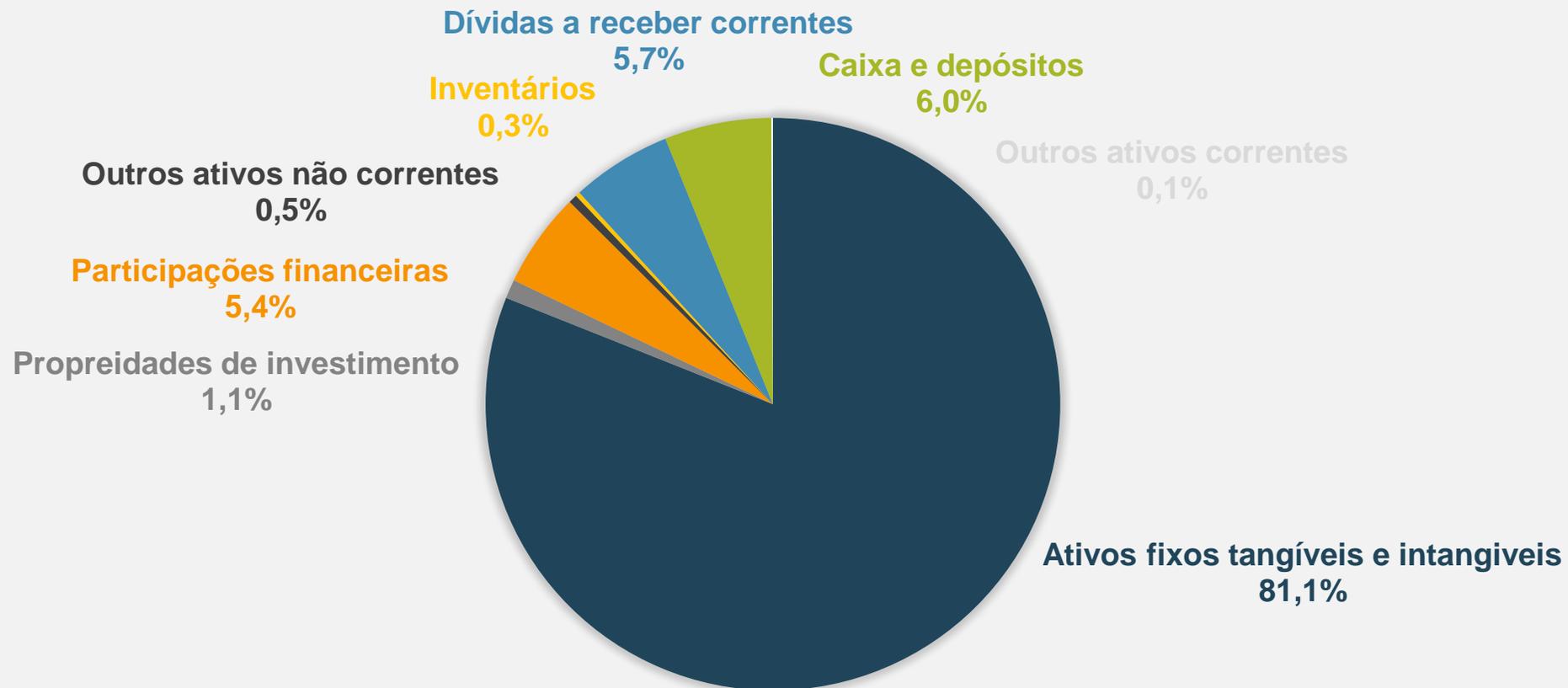
Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA GLOBAL – Ativo

## Estrutura do Ativo 2020

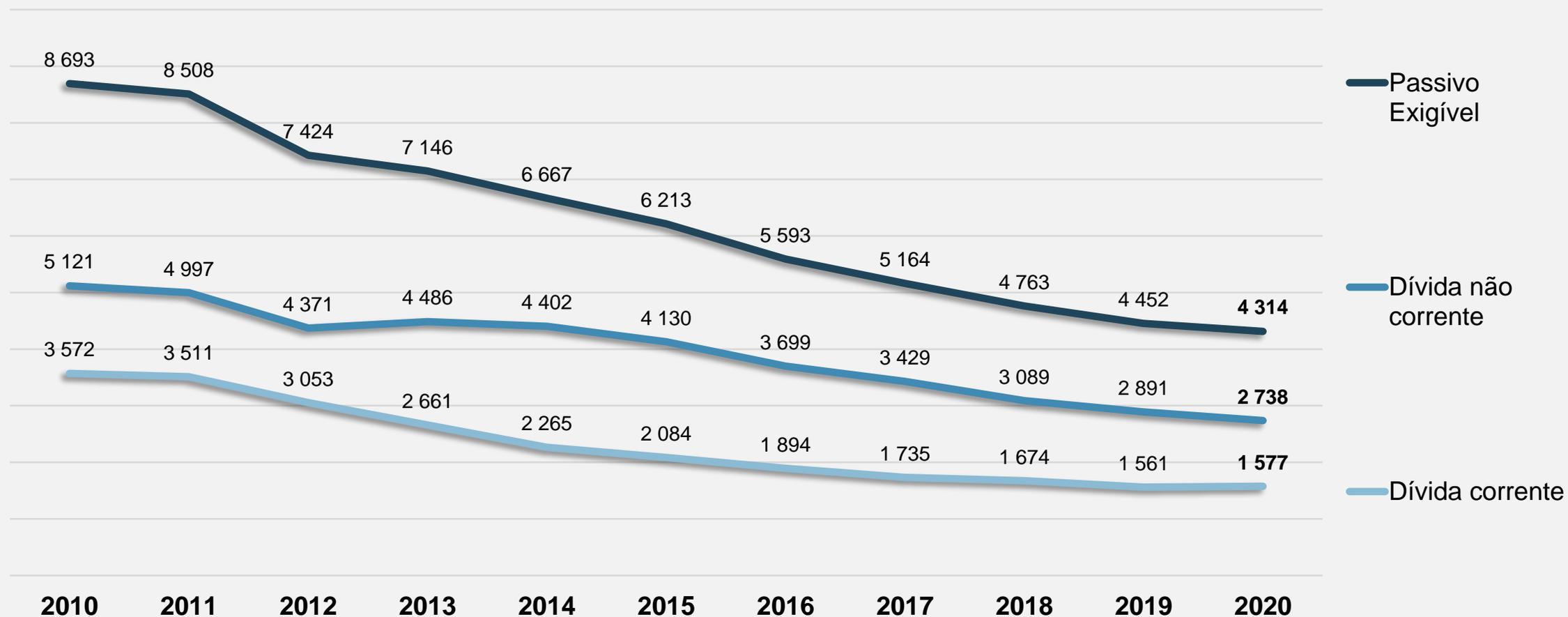
Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA – Dívidas a pagar

## Evolução das Dívidas a pagar – corrente e não corrente

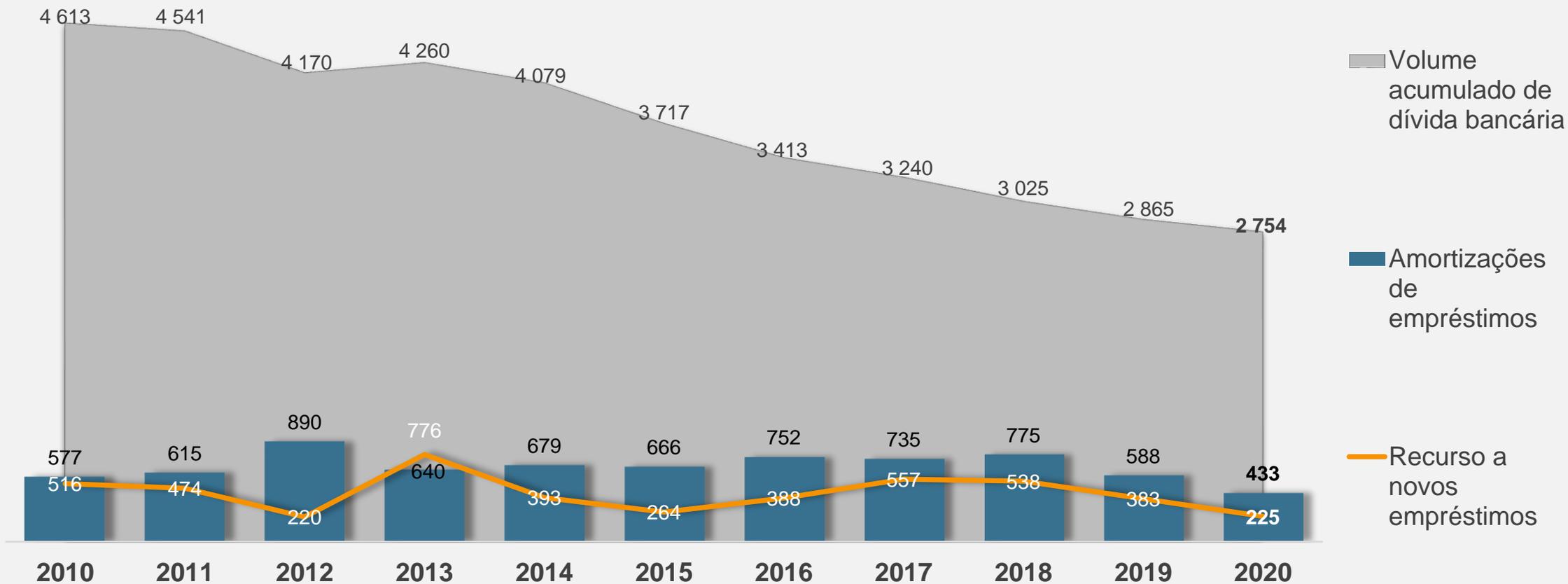
Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA – Dívidas

## Evolução dos Empréstimos – curto e médio e longo prazo

Unidade: milhões de euros



# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA – Limite à Dívida

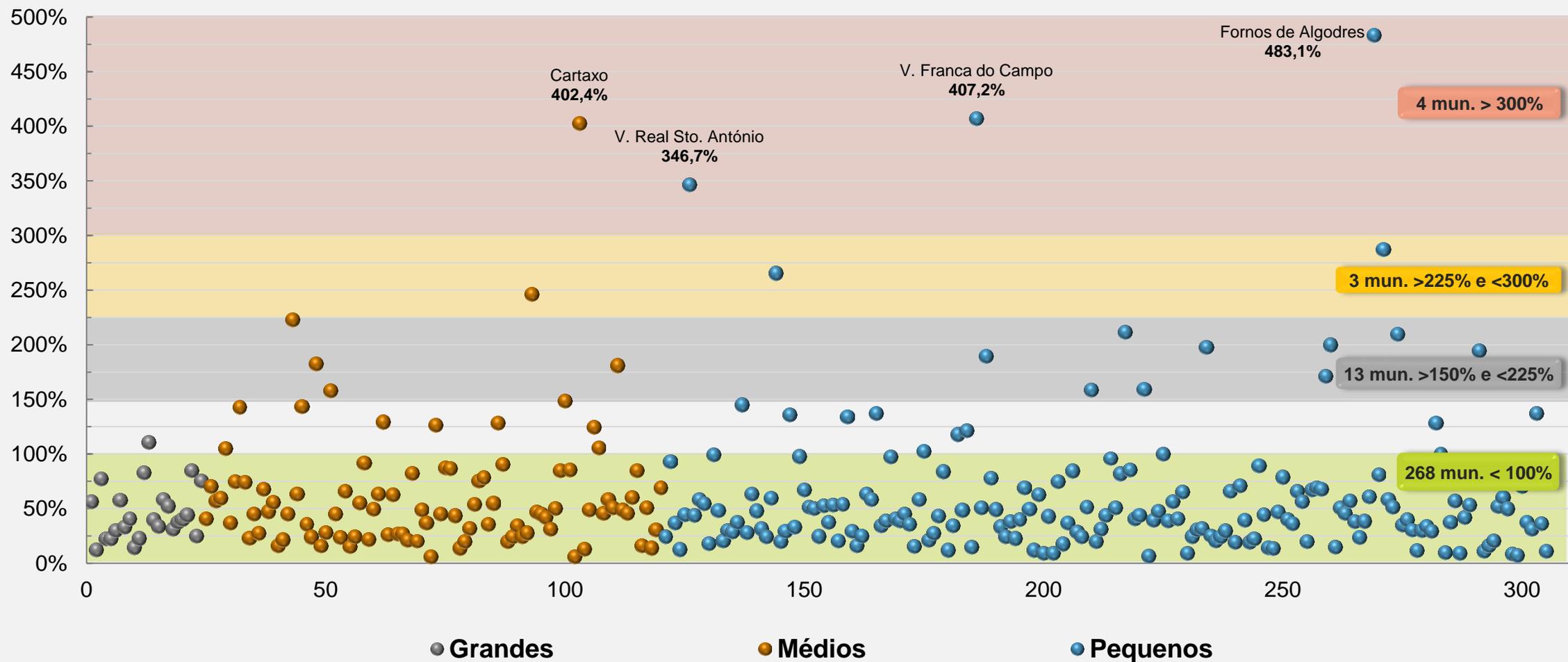
## Limite da Dívida Total – Lei 73/2013 (art. 52º)

A dívida total a 31/12 de cada ano não pode ultrapassar 1,5 vezes a média das receitas correntes cobradas nos 3 anos anteriores.

INDICADORES		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
(a)	<b>Média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores (a)</b>	5 678,2	5 715,1	5 904,8	6 222,2	6 502,4	6 815,6	7 094,7	7 371,1
(b)=1,5*a	<b>Limite da dívida total: (b) = 1,5 x (a)</b>	<b>8 517,4</b>	<b>8 572,6</b>	<b>8 857,2</b>	<b>9 333,2</b>	<b>9 753,5</b>	<b>10 223,4</b>	<b>10 642,0</b>	<b>11 056,7</b>
(c)	Passivo Exigível dos municípios, não incluindo outras entidades nem exceções (c)	7 146,5	6 666,7	6 213,3	5 592,9	5 163,6	4 763,0	4 452,5	4 314,5
(d)	Dividas não orçamentais (operações de tesouraria) (d)	186,1	189,5	189,4	191,8	205,7	219,1	239,3	242,6
(e)=(c)-(d)	<b>Dívida Total dos municípios, não incluindo outras entidades nem exceções (e) = (c) - (d)</b>	<b>6 960,4</b>	<b>6 477,2</b>	<b>6 024,0</b>	<b>5 401,0</b>	<b>4 957,9</b>	<b>4 543,9</b>	<b>4 213,2</b>	<b>4 071,8</b>
(f)=(e)/(b)	Índice médio de dívida total (f) = (e) / (a) (Índice permitido <= 150%)	122,6%	113,3%	102,0%	86,8%	76,2%	66,7%	59,4%	55,2%
	<b>Nº de municípios que provavelmente excedem o limite da dívida total</b>	<b>87</b>	<b>73</b>	<b>52</b>	<b>33</b>	<b>32</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	<b>20</b>

# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA – Limite à Dívida

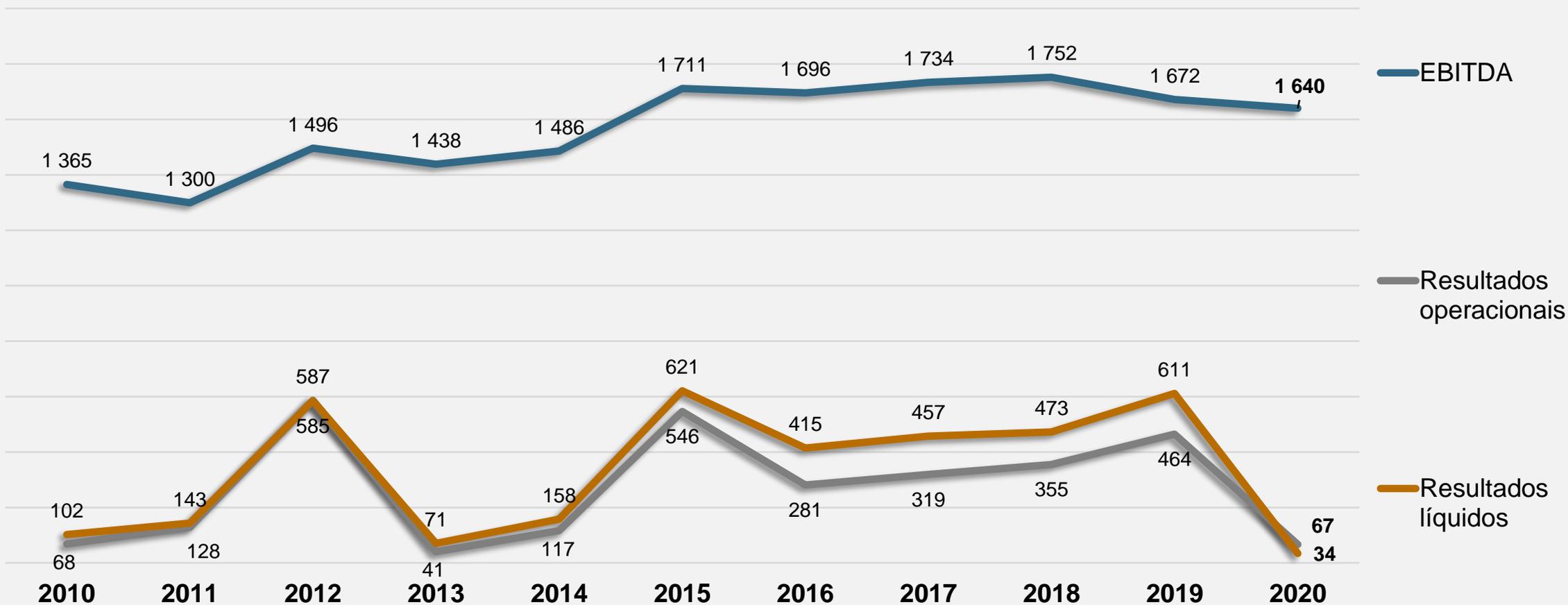
## Limite da Dívida Total 2020 – Lei 73/2013 (art. 52º)



# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA – Resultados

## Evolução dos resultados

Unidade: milhões de euros





## **4. SETOR EMPRESARIAL LOCAL**

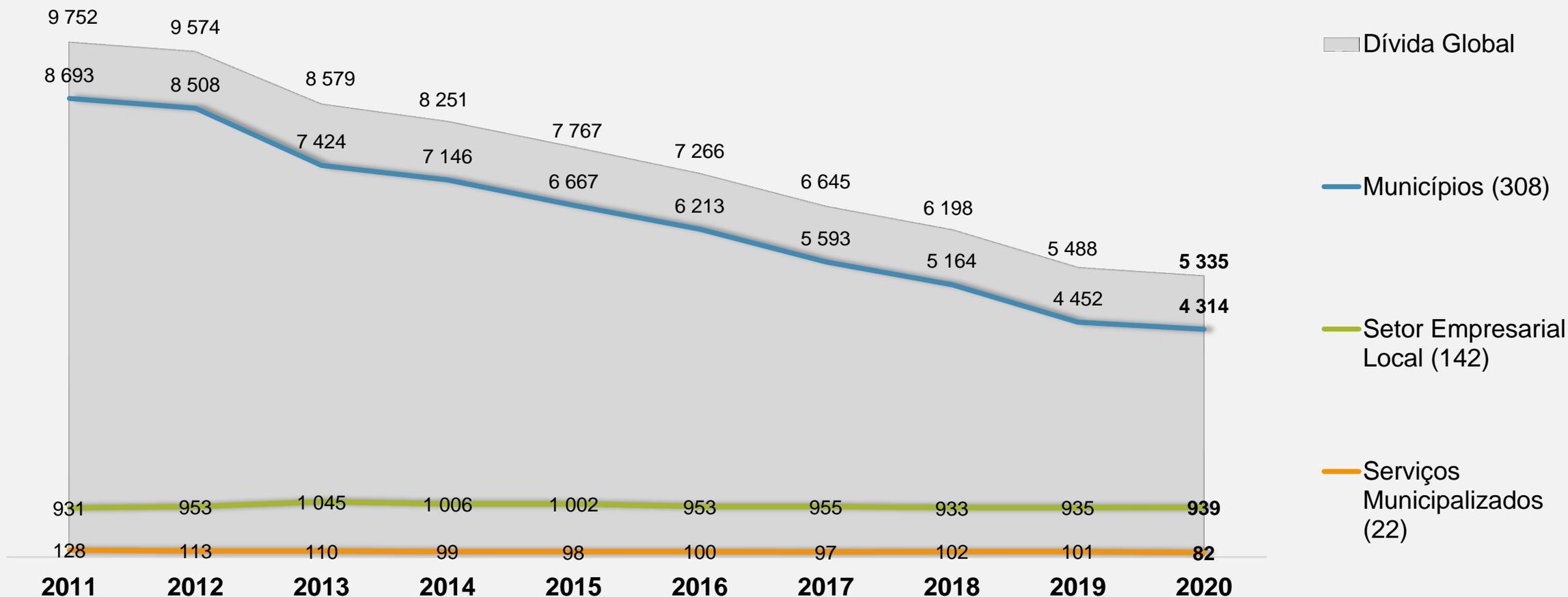
## SETOR EMPRESARIAL LOCAL – Caracterização

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Nº total de entidades em atividade	296	275	238	216	188	176	168	163	163	161
Nº de entidades com informação disponível	293	270	225	208	185	174	163	158	154	159
Nº de entidades que se fundiram	1	9	3	0	0	0	0	0	0	1
Nº de entidades constituídas	2	0	0	0	0	0	2	2	5	2
Nº de entidades dissolvidas	6	9	36	33	25	11	12	8	5	4
Nº de entidades a dissolver (art. 62º, Lei nº 50/2012)	141	108	35	17	13	10	14	3	5	4

# SETOR EMPRESARIAL LOCAL – Dívidas

## Dívida global – Municípios, Empresas e Serviços Municipalizados

Unidade: milhões de euros





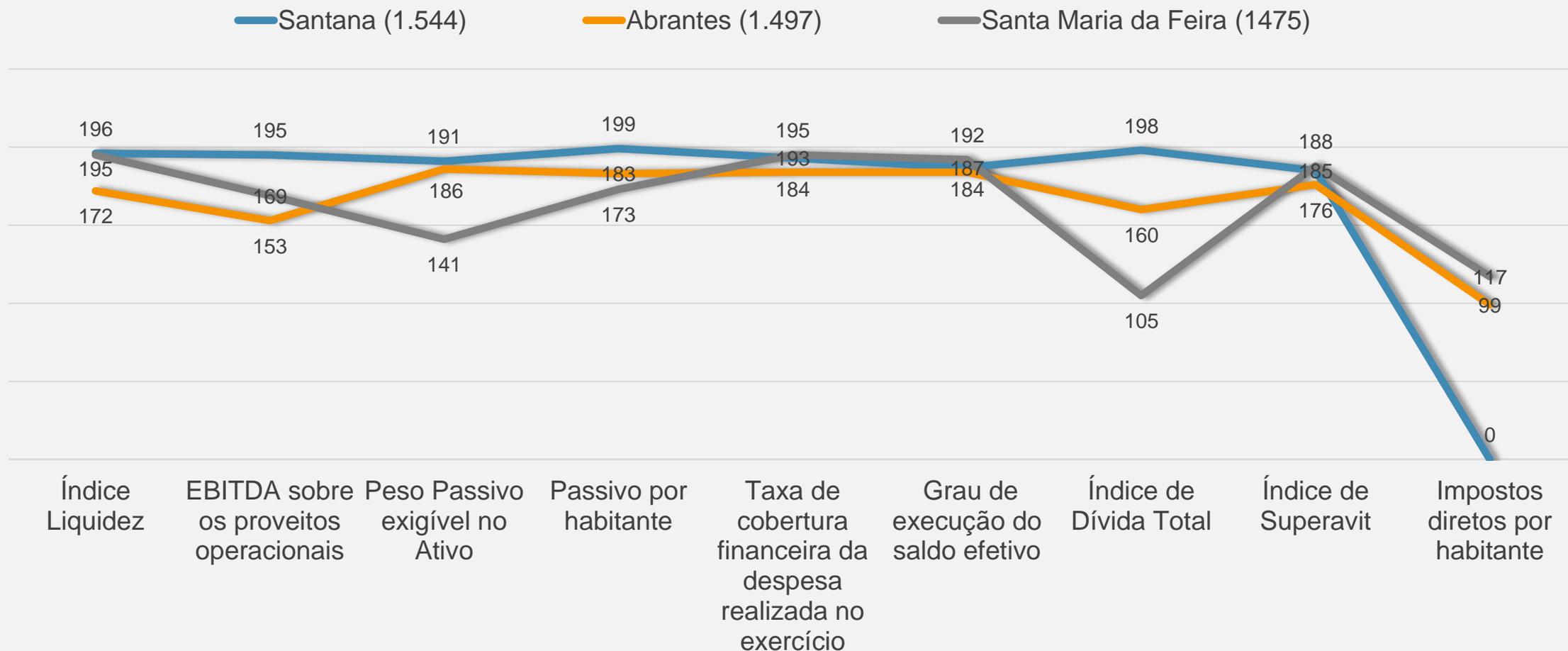
## 5. RANKING GLOBAL

## RANKING GLOBAL - 100 melhores por Distrito

Distrito/região	Número de municípios				Nº de municípios dos 100 melhor classificados				% de municípios por distrito
	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	Grande dimensão	Média dimensão	Pequena dimensão	TOTAL	
Lisboa	8	5	3	16	7	3	1	11	68,8%
Faro	0	9	7	16	0	8	2	10	62,5%
Aveiro	1	14	4	19	1	7	2	10	52,6%
Leiria	1	6	9	16	1	4	3	8	50,0%
Setúbal	3	6	4	13	1	3	2	6	46,2%
Castelo Branco	0	3	8	11	0	1	4	5	45,5%
R. A. Madeira	1	2	8	11	0	0	5	5	45,5%
Bragança	0	2	10	12	0	1	3	4	33,3%
R. A. Açores	0	3	16	19	0	0	6	6	31,6%
Santarém	0	11	10	21	0	3	3	6	28,6%
Portalegre	0	2	13	15	0	0	4	4	26,7%
Viseu	0	3	21	24	0	1	5	6	25,0%
Porto	5	12	1	18	3	1	0	4	22,2%
Beja	0	2	12	14	0	1	2	3	21,4%
Braga	4	5	5	14	3	0	0	3	21,4%
Guarda	0	2	12	14	0	0	3	3	21,4%
Coimbra	1	3	13	17	0	1	2	3	17,6%
Vila Real	0	2	12	14	0	0	2	2	14,3%
Viana do Castelo	0	3	7	10	0	1	0	1	10,0%
Évora	0	1	13	14	0	0	0	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>97</b>	<b>187</b>	<b>308</b>	<b>18</b>	<b>33</b>	<b>49</b>	<b>100</b>	<b>32,5%</b>

# RANKING GLOBAL

Ranking global – municípios com melhor pontuação de cada dimensão





## 6. CONCLUSÕES

# CONCLUSÕES

## Aspetos orçamentais

- Em 2020, verificou-se uma **descida de -2,7pp do nível global de independência financeira**, atingindo um peso médio de 36,4% para o universo dos municípios, o que pode ser considerado bastante baixo.
- O ano de 2020 registou um grau de execução da receita cobrada de 87,8%, **inferior ao grau de execução de 2019 em -2,5%**. No entanto, o aumento progressivo do valor deste rácio acima dos 70% a partir de 2013 revela uma procura de maior rigor na elaboração dos orçamentos e um maior afastamento de orçamentos inflacionados de receita.
- Em 2020, **170 municípios apresentaram um volume de receitas efetivas, superior ao volume despesas efetivas**.
- O **montante global receita cobrada diminuiu 3%** (-268 milhões de euros que em 2019) apresentando o montante de 8.773,1 milhões de euros.
- A **receita corrente cresceu na globalidade +0,2%** (+11,7 milhões de euros), tendo o acréscimo de valor das transferências correntes contrariado a descida das receitas fiscais e a descida de valor da venda de bens e serviços.
- As receitas fiscais continuam a ser a maior parcela de receita autárquica, apresentado o peso de 39,3% na receita total. A receita proveniente das transferências correntes, com o peso de 34,7%, mantém o segundo lugar na estrutura da receita.

# CONCLUSÕES

## Aspetos orçamentais

- O ano de 2020 foi, ainda assim, um bom ano de receita fiscal, pese embora o **decréscimo verificado de -3,4%** pois apresentou, na globalidade, uma **execução orçamental de 101%**, arrecadando na totalidade 3.446,7 milhões de euros, isto é, +35,1 milhões de euros que o previsto.
- O volume da despesa paga, no total de 8,77 mil milhões de euros, representou um aumento, embora ligeiro, de +0,8% (+72,5 milhões de euros), tendo sido o valor mais elevado nos últimos onze anos.
- Tendo como referência a despesa prevista, o grau de execução da despesa paga no final de 2020 foi de apenas 73,3%, apresentando o **decréscimo pouco significativo de -1,6pp** face ao índice do ano anterior.
- A **despesa cresceu e a receita baixou**, pelo que, nos fluxos de caixa, o volume das despesas pagas superou em 3,5 milhões de euros o volume de receitas cobradas. O equilíbrio de caixa ocorre com a mobilização do saldo da gerência anterior.
- Verifica-se uma enorme evolução dos saldos orçamentais entre 2010 e 2020, tendo neste último ano, pela sexta vez consecutiva no conjunto dos municípios, apresentado **saldo efetivo e saldo primário positivos**, quando obtidos pela diferença entre receitas liquidadas e compromissos assumidos. Neste ano contribuíram para um saldo orçamental positivo 149 municípios.
- Em 2020, **24 municípios apresentaram desequilíbrio orçamental**, nos termos dos artigos 40.º e 83º da Lei 73/ 2013.

# CONCLUSÕES

## Aspetos económico-financeiros

- Considerando o universo dos municípios, 218 baixaram o valor do passivo exigível, contribuindo para um **decréscimo global do passivo exigível em -138 milhões de euros**.
- Em 2020, a diferença entre o volume de amortizações de capital em dívida e o montante de novos empréstimos foi de **+208,0 milhões de euros**, contribuindo o sector autárquico, de forma positiva, para a diminuição líquida do passivo financeiro do Estado.
- **20 Municípios excederam o limite da dívida total** indicado no artigo 52º do RFALEI.
- Mantém-se a afirmação de que “os sucessivos decréscimos, verificados desde 2013, do valor do índice do limite à dívida total (razão entre a dívida total das autarquias e o valor de 1,5 vezes a média da receita corrente liquidada nos últimos três exercícios) é um ótimo indicador da **progressiva melhoria da situação global de endividamento das autarquias**”.
- O valor dos resultados económicos foi de 34 milhões de euros para a totalidade do sector autárquico, traduzindo uma **diminuição de -94,4%** (-577,2 milhões de euros). Neste ano, 143 municípios apresentaram resultados negativos. Contudo, esta diminuição abrupta dos resultados económicos deve-se essencialmente a alterações de critérios de registo contabilístico devido à implementação do SNC-AP e não a alterações significativas da estrutura económica dos municípios.

# MUITO OBRIGADA

**Maria José Fernandes**

mjfernandes@ipca.pt

**Pedro Camões**

pedroc@eeg.uminho.pt

**Susana Jorge**

susjor@fe.uc.pt



**IPCA**

**CICF**

**CENTRO DE INVESTIGAÇÃO  
EM CONTABILIDADE E FISCALIDADE**  
Research Centre on Accounting and Taxation



Universidade do Minho  
Centro de Investigação em Ciência Política